

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 121.321 - AL (2019/0357079-0)

RELATOR : **MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK**
RECORRENTE : RAFAEL SOARES ALVES (PRESO)
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE ALAGOAS
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS

DECISÃO

Cuida-se de recurso ordinário em *habeas corpus*, com pedido de liminar, interposto por RAFAEL SOARES ALVES por contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas no julgamento do HC n. 0803478-88.2019.8.02.0000.

Consta dos autos que o recorrente foi denunciado e preso em flagrante como incurso no art. 121, § 2º, I, c/c 61, II, "h", c/c art. 250, § 1º, II, "a", c/c 69, todos do Código Penal, pela suposta prática dos delitos de homicídio qualificado e incêndio. Referida custódia foi convertida em prisão preventiva.

Irresignada, a defesa impetrou *habeas corpus* perante o TJAL pugnando pela revogação da prisão do paciente em razão do excesso de prazo e ausência de fundamentos. A ordem foi denegada pelo Tribunal de Justiça em acórdão assim ementado:

HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO QUALIFICADO. INCÊNDIO MAJORADO. ALEGAÇÃO DE EXCESSO DE PRAZO. PACIENTE PRESO HÁ CERCA DE 2 (DOIS) ANOS E 08 (OITO) MESES SEM QUE TENHA SIDO CONCLUÍDA A INSTRUÇÃO CRIMINAL. SUPOSTO ATRASO INJUSTIFICADO DO PROCESSO. NÃO CONFIGURAÇÃO DE INÉRCIA DO PODER JUDICIÁRIO. TRÂMITE REGULAR DO FEITO. JUÍZO DILIGENTE. NECESSIDADE DE EXPEDIÇÃO DE CARTAS PRECATÓRIAS. INSTRUÇÃO A SER CONCLUÍDA EM BREVE. ANÁLISE DO CASO SOB A ÓTICA DO PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE. RECOMENDAÇÃO AO JUÍZO A QUO. SUPOSTA AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO PARA DECRETAÇÃO DA SEGREGAÇÃO CAUTELAR. NÃO VERIFICAÇÃO. ELEMENTOS QUE INDICAM A NECESSIDADE DA MEDIDA EXTREMA. GRAVIDADE DO MODUS OPERANDI. PERICULOSIDADE DO AGENTE. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO EVIDENCIADO. MANUTENÇÃO DA MEDIDA RESTRITIVA DE LIBERDADE. ORDEM CONHECIDA E DENEGADA. UNÂNIME.

Superior Tribunal de Justiça

Agora o recorrente interpõe o presente recurso sustentando o excesso de prazo na sua segregação cautelar. Afirma a ocorrência de fundamentação inidônea do decreto de prisão preventiva e a necessidade de substituição da preventiva por medidas cautelares diversas.

Assegura inexistirem fundamentos concretos para a manutenção da sua prisão.

Pleiteia, em liminar e no mérito, pelo relaxamento da sua prisão cautelar, expedindo-se o pertinente alvará de soltura em seu favor.

É o relatório. Decido.

No caso, ao menos em juízo perfunctório, não é possível identificar de plano o constrangimento ilegal aventado ou, ainda, a presença do *fumus boni iuris e do periculum in mora*, elementos autorizadores para a concessão da tutela de urgência.

A pretensão deve ser submetida à análise do órgão colegiado, oportunidade na qual poderá ser feito exame aprofundado das alegações relatadas após manifestação do Parquet.

Por tais razões, indefiro o pedido de liminar.

Oficie-se à autoridade coatora, bem como ao juízo de primeiro grau a fim de solicitar-lhes as informações pertinentes, a serem prestadas, preferencialmente, por meio eletrônico, e o envio de senha para acesso ao processo no site do Tribunal, se for o caso.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal para parecer.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 29 de novembro de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator